



MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

ATA DE REUNIÃO

CGEE - COMITÊ GESTOR DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

IDENTIFICAÇÃO DA REUNIÃO - REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Data da Reunião	Horário	Local	Coordenador da Reunião
02/02/2026	Início: 14:00 / Término: 17:40	Híbrida (presencial na sala 432 do Edifício Sede do Ministério de Minas e Energia, com participação remota de alguns membros)	Leandro Andrade

PARTICIPANTES

Nome	Titular/Suplente/Convidado	Instituição/E-mail
Leandro Pereira de Andrade	SUPLENTE DO PRESIDENTE	MME/leandro.andrade@mme.gov.br
Alexandra Albuquerque Maciel	TITULAR	MME/alexandra.maciel@mme.gov.br
Samira Sana Fernandes de Sousa Carmo	SUPLENTE	MME/samira.sousa@mme.gov.br
Juliana Godoy Alves Tadeu	TITULAR	ENBPAR/juliana.tadeu@enbpar.gov.br
Anna Cláudia Leite Mesquita Garcia	SUPLENTE	ENBPAR/anna.garcia@enbpar.gov.br
Rafael Silva Menezes	TITULAR	MCTI/ RSMENEZES@mcti.gov.br
Carmen Silvia Sanches	TITULAR	ANEEL/cssanches@aneel.gov.br
Marina Brandao Scalon	SUPLENTE	CNI/marina.scalon@cni.org.br
Victor Hugo Locca	TITULAR	ABRACE/victor@abrace.org.br
Israel Lima Nunes	CONVIDADO	ENBPAR/israel.nunes@enbpar.gov.br
Jairo José Coura	CONVIDADO	MCTI/jairo.coura@enbpar.gov.br
Leonardo Gaspar Barreto	CONVIDADO	ENBPAR/leonardo.barreto@enbpar.gov.br
Leticia Costa Nascimento	CONVIDADO	ENBPAR/leticia.nascimento@enbpar.gov.br
Marcelo Luiz Braga Maia	CONVIDADO	ENBPAR/marcelo.maia@enbpar.gov.br
Myrthes Marcelle Farias dos Santos	CONVIDADA	ENBPAR/myrthes.santos@enbpar.gov.br
Douglas William dos Santos	CONVIDADO	MCTI/ douglas.cavalcante@mcti.gov.br

Nome	Titular/Suplente/Convidado	Instituição/E-mail
Luiz Felipe Pacheco	CONVIDADO	ENBPAR/luiz.pacheco@enbpar.gov.b
Marina da Silva Garcia	CONVIDADA	ENBPAR/ marina.garcia@enbpar.gov.br
Pedro Augusto Menezes Filho	CONVIDADO	MME/ pedro.filho@mme.gov.br
Liliane Ferreira da Silva	CONVIDADA	MME/ liliane.silva@mme.gov.br
Tatiany Campos Máximo	CONVIDADA	ENBPAR/ tatiany.maximo@enbpar.gov.br

PAUTA

ASSUNTO
1 - Abertura
2 - Análise e monitoramento dos projetos em andamento e a contratar
3 - Proposta de utilização dos rendimentos financeiros da conta corrente Procel
4 - Avisos gerais e próximo agendamento
5 - Encerramento

1. Abertura

O Sra. Alexandra Albuquerque Maciel, Coordenadora de Projetos de Eficiência Energética e representante titular do Ministério de Minas e Energia, iniciou a reunião, dando as boas-vindas aos participantes. Procedeu-se à chamada dos participantes para verificação de quórum. Foi constatada a existência de quórum regimental suficiente para deliberação, considerando a presença de representantes titulares e suplentes das instituições que compõem o Comitê.

O Sr. Leandro Pereira de Andrade, Diretor do Departamento de Informações, Estudos e Eficiência Energética e suplente do Presidente do Comitê Gestor de Eficiência Energética, Sr. Gustavo Ataíde, iniciou a condução dos trabalhos apresentando a pauta prevista, que contemplava dois temas principais: o monitoramento e a análise dos projetos em andamento e a proposta de utilização dos rendimentos financeiros da conta Procel. Diante da ausência de um dos convidados esperados, foi acordada a inversão da ordem da pauta, iniciando-se pelos informes e apresentações técnicas antes do item deliberativo.

2. Análise e monitoramento dos projetos em andamento e a contratar

A Sra. Juliana Godoy Alves Tadeu, representante titular da ENBPar/Procel, realizou a apresentação principal, iniciando com uma visão geral do Programa Procel. Apresentou dados consolidados sobre o portfólio de projetos, destacando o número de iniciativas em execução, em estruturação, concluídas e canceladas, além dos valores financeiros pagos e a pagar desde a assunção da gestão atual. Ressaltou que os dados refletem exclusivamente o período sob responsabilidade da atual gestora e que ferramentas de Inteligência de Negócios vêm sendo utilizadas para acompanhamento, com previsão de melhorias e maior abertura à contribuição dos membros do comitê. Ainda na apresentação geral, a Sra. Juliana detalhou a distribuição dos projetos por subprogramas e por diferentes ciclos do Procel, evidenciando maior equilíbrio e diversificação nas edições mais recentes. Destacou também a aceleração da execução financeira a partir de 2025, após um período de menor ritmo causado por mudanças institucionais e administrativas, e reforçou a expectativa de crescimento contínuo nos anos seguintes.

Em relação à estrutura organizacional, foi apresentado o quadro atual da equipe do Procel, destacando o número de profissionais, a especialização técnica e os desafios associados ao elevado volume de projetos, especialmente no subprograma Reluz. Ao tratar do planejamento estratégico, apresentou os eixos prioritários do programa, com destaque para a estruturação institucional, a capacitação de gestores públicos, a automação de processos, a melhoria das chamadas públicas e a ampliação da

cooperação com entes nacionais e internacionais. Enfatizou que essas ações visam reduzir gargalos recorrentes, especialmente relacionados à prestação de contas e à gestão dos projetos, além de aumentar a eficiência e a fluidez da execução.

Durante esse ponto, a Sra. Samira Sana Fernandes de Sousa Carmo, representante suplente do Ministério de Minas e Energia questionou sobre a origem dos recursos para atividades de natureza mais administrativa e estratégica, que não se configuram como projetos finalísticos. A Sra. Juliana Tadeu esclareceu que tais contratações, quando necessárias, seriam realizadas por meio da rubrica de Secretaria Executiva, priorizando o uso da própria equipe sempre que possível, como estratégia para lidar com o crescimento do portfólio de projetos. No eixo de chamadas públicas, foi detalhada a proposta de revisão e aprimoramento dos processos, incluindo a elaboração de guias de gestão, capacitações online, consolidação de boas práticas e aplicação de metodologias de melhoria contínua. Destacou-se que grande parte das propostas não habilitadas decorre de dificuldades administrativas dos entes públicos, o que reforça a necessidade de ações estruturantes para apoiar os gestores desde a fase inicial.

Ao abordar os subprogramas Procel GEM e Procel Sanear, a Sra. Juliana Tadeu destacou a retomada dessas frentes como prioridade estratégica, apresentando projetos previstos e em estruturação, com foco em saneamento, normas técnicas, plataformas de capacitação e cooperação com universidades e associações. Ressaltou a importância do fortalecimento da governança institucional, especialmente em relação à Associação de Eficiência Energética e Saneamento (AEESA), e informou sobre ações em curso para aprimorar sua atuação e transparência. Nesse contexto, a Sra. Samira Sana levantou a possibilidade de execução direta de determinadas chamadas públicas por outros entes, diante de atrasos observados. A Sra. Juliana Tadeu respondeu que a coordenação acompanha a evolução da governança das instituições parceiras antes de reavaliar o modelo de execução, ressaltando que decisões futuras poderão ser trazidas novamente ao comitê para deliberação.

No subprograma Procel Reluz, a Sra. Juliana Tadeu apresentou os projetos em andamento, destacando a relevância estratégica desses projetos para o aprimoramento das políticas de iluminação pública e para a melhoria contínua das chamadas públicas do programa. Ao tratar do Procel Edifica, abordou os projetos em execução em universidades e edificações públicas, as chamadas públicas em apuração e os desafios relacionados à etiquetagem e acreditação. A Sra. Alexandra Maciel esclareceu a situação dos organismos de inspeção e certificação, informando sobre o andamento dos processos de designação junto ao Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro e a expectativa de regularização em curto prazo. Por fim, o Sr. Leandro Andrade ressaltou a importância de garantir maior coordenação e alinhamento entre as prioridades do subprograma Procel Edifica, sugerindo reuniões específicas para acompanhamento mais detalhado e periódico. A Sra. Juliana Tadeu reforçou que os projetos apresentados estão alinhados ao Plano Edifica e à implementação futura dos índices mínimos de eficiência energética, destacando o papel estratégico do Procel na preparação do setor para as exigências regulatórias que entrarão em vigor nos próximos anos.

Dando continuidade à reunião, a Sra. Juliana Tadeu abordou o planejamento dos projetos por prioridade, com ênfase nas iniciativas com contratação prevista a partir de 2026. Destacou o estudo para regulamentação de motores monofásicos, explicou que a situação do Cepel permanece sem solução definitiva, apesar de ofícios e tratativas com outras instituições, como a Itaipu Parquetec e possíveis parceiros públicos ou privados. Ressaltou que os recursos associados a esses projetos são expressivos e estratégicos para os objetivos do programa, sendo necessária deliberação futura do CGEE para definição do direcionamento adequado, inclusive quanto à possibilidade de cancelamento ou reorientação dos projetos. Ainda nesse contexto, foi avaliado que o projeto mais diretamente afetado é o do Laboratório Nacional de Referência em Eficiência Energética, enquanto outros projetos associados poderiam ter sua forma de contratação alterada, como a migração para contratação de serviços ou novos editais.

Na sequência, foram abordadas as Análises de Impacto Regulatório (AIR), incluindo motores monofásicos e motores de indução trifásicos com rotor gaiola de esquilo, previstos no pacote de contratações a partir do segundo semestre de 2026. Destacou como estratégia a unificação de vários AIRs em um único pacote de contratação, visando maior eficiência e agilidade nos processos licitatórios, alinhados à agenda regulatória. No eixo de Selo Procel e Procel Indústria, tratou-se de projetos voltados à capacitação laboratorial, avaliação de desempenho de equipamentos e ampliação da capacidade de ensaios, com destaque para parcerias com instituições como Senai, universidades e laboratórios regionais.

Ao tratar da indústria, foram destacados projetos estratégicos como a estruturação de

índices de produtividade energética em diferentes setores industriais, diagnósticos energéticos em sistemas de ar comprimido e a expansão nacional do Programa PotencializEE, informando que este foi recentemente aprovado pelo conselho de administração da ENBpar. Comunicou que a assinatura do convênio ocorrerá em fevereiro, com lançamento nacional previsto para março, em Brasília, envolvendo diversos parceiros institucionais, como ministérios, entidades do sistema S, instituições financeiras e órgãos de planejamento energético. Em complemento, o Sr. Luiz Felipe Lacerda Pacheco esclareceu que alguns projetos mais antigos, como estudos de sistemas motrizes e iniciativas de digitalização industrial, tornaram-se tecnicamente ultrapassados ou foram absorvidos por programas mais amplos, como o PotencializEE, o que justifica sua classificação como pendentes ou passíveis de cancelamento. A Sra. Juliana Tadeu destacou que diversos projetos datam de ciclos antigos do Procel e enfrentaram dificuldades de implementação por entraves institucionais e operacionais. Foi ressaltada a necessidade de reavaliar a pertinência dessas iniciativas diante da evolução tecnológica e da maturidade atual do setor.

Na área de educação, marketing e divulgação, a Sra. Juliana Tadeu informou sobre a chamada pública em andamento do Espaço Procel E3, o planejamento do Prêmio Procel para 2026 e ações futuras de comunicação e educação energética. Destacou que, devido ao volume elevado de projetos, não houve detalhamento aprofundado nessa reunião, ficando acordado que esses temas serão tratados de forma mais estruturada posteriormente. Ao tratar de projetos com definição pendente, como o convênio com a Unesp no âmbito do programa Energia que Transforma, o Sr. Marcelo Luiz Braga Maia explicou que a iniciativa apresenta baixa abrangência nacional, forte dependência de projetos externos e dificuldades de governança, o que motivou sua inclusão na lista de projetos a serem reavaliados ou possivelmente cancelados. Durante a discussão, a Sra. Alexandra Maciel questionou se as decisões de cancelamento seriam tomadas naquela reunião. Em resposta, foi esclarecido que não houve deliberação definitiva, tendo sido acordado que será realizada uma reunião específica, com apresentação detalhada de cada projeto, para subsidiar uma decisão informada. Foi informado que o conjunto de projetos sob análise representa um montante aproximado de R\$ 76 milhões, reforçando a necessidade de avaliação criteriosa pelo CGEE.

Dando sequência às apresentações, a Sra. Juliana Tadeu abordou os projetos dos eixos de educação, marketing e memória institucional, destacando o Programa Ecoescolas, o projeto Jovens Repórteres do Meio Ambiente, o monitoramento da marca Procel e o projeto Energife – Fase 2, com previsão de lançamentos e contratações ao longo de 2026. Ressaltou também a ampliação da metodologia ZUPT para o ensino fundamental II e a estruturação do projeto Procel 40 anos – Memória e Acervo, considerado estratégico para preservação do legado do programa e com expectativa de viabilização no primeiro semestre. No eixo estruturante, Juliana informou sobre o andamento do Lab Procel II, em parceria com o Senai/RJ, e convidou os membros para o lançamento do programa de aceleração de soluções de eficiência energética, previsto para fevereiro. Comunicou ainda o relançamento do FG-Energia, em articulação com o BNDES, e destacou o volume de entregas previstas para o início do ano. Foram apresentados projetos estruturantes relevantes, como a metodologia de avaliação de efeitos de mercado, o Esplanada Solar, pesquisas nacionais sobre posse e uso de equipamentos elétricos nos setores residencial e comercial, aprimoramentos metodológicos do Selo Procel e iniciativas de financiamento coletivo para eficiência energética, com previsões majoritárias para o primeiro semestre de 2026.

Em relação aos projetos com definição pendente, a Sra. Juliana Tadeu informou que será proposto o cancelamento de algumas iniciativas devido a entraves institucionais, perda de objeto ou inviabilidade de execução, como os projetos previstos para desenvolvimento junto a parceiros como a Aeronáutica e hospitais estaduais. Também foram mencionados projetos considerados excessivamente complexos ou desatualizados, que permanecerão em análise para reavaliação futura. Na etapa final, a Sra. Juliana Tadeu apresentou as estratégias de fortalecimento da gestão, com destaque para o Uniprocel, iniciativa de cooperação com universidades para apoio às chamadas públicas, comitês técnicos e ao Selo Procel, estruturada em três eixos de atuação. Também foi apresentado o modelo de credenciamento, inspirado em boas práticas regulatórias, como forma de ampliar a capacidade operacional do programa e agilizar inspeções e acompanhamentos.

Encerrando, a Sra. Samira Sana deixou registrado o reconhecimento dos membros do comitê quanto à abrangência da atualização apresentada. Ficou acordado que, na próxima reunião, será realizado aprofundamento específico e deliberação sobre os projetos classificados como pendentes, sendo facultado aos membros o envio prévio de contribuições e sugestões por e-mail para subsidiar a tomada de decisão.

3. Proposta de utilização dos rendimentos financeiros da conta corrente Procel

A Sra. Samira Sana introduziu a pauta relativa à proposta de utilização dos rendimentos financeiros dos recursos das Chamadas Públicas do Procel para ampliar o atendimento, especialmente nos casos das chamadas públicas do Procel Reluz e Energia Zero. Esclareceu que a proposta decorre do fato de o número de projetos habilitados ter superado o montante inicialmente previsto nos Planos de Aplicação de Recursos, configurando uma oportunidade de ampliar o alcance das políticas, sem alteração de escopo ou desvio de finalidade. Na sequência, a Sra. Anna Cláudia Leite Mesquita Garcia, representante suplente da ENBPar, detalhou a fundamentação técnica e jurídica da proposta, destacando que não há norma específica que discipline a destinação dos rendimentos financeiros enquanto os recursos permanecem na conta do Procel. Argumentou que a utilização desses rendimentos teria natureza de recomposição monetária, com o objetivo de viabilizar a execução dos projetos conforme originalmente aprovados pelo Comitê, evitando a necessidade de contrapartidas adicionais pelos beneficiários em razão da perda do poder aquisitivo ao longo do tempo.

Foi ressaltado ainda que parecer da consultoria jurídica da ENBPar não identificou impedimento legal, condicionando a decisão à manifestação do Comitê Gestor. Durante o debate, a Sra. Carmen Silvia Sanches, representante titular da ANEEL, reconheceu a relevância do problema, mas manifestou preocupação quanto à competência do Comitê para deliberar isoladamente sobre a destinação desses rendimentos, ressaltando que se trata de um tema recorrente, de natureza estrutural e com impactos regulatórios relevantes. Defendeu que a matéria seja tratada de forma mais ampla e definitiva, preferencialmente por meio de regulamentação formal, de modo a conferir maior segurança jurídica e transparência ao processo decisório. Na mesma linha, Marina Gutierrez Brandão Scalon, representante suplente da CNI e Rafael Silva Menezes, representante titular do MCTI, reforçaram a necessidade de amadurecimento institucional da proposta, sugerindo a realização de consulta conjunta às consultorias jurídicas do MME e da ANEEL, a fim de esclarecer a competência do Comitê e avaliar o melhor instrumento normativo para disciplinar o tema.

Ao longo da discussão, foram apresentados dados financeiros relevantes, incluindo percentuais expressivos de rendimento dos recursos dos diferentes PARs, reforçando a materialidade do tema. Também foram apresentados resultados preliminares das Chamadas Públicas, com destaque para a ampliação da participação regional, especialmente no Nordeste, e para o elevado número de projetos habilitados, o que reforça a justificativa para a proposta em análise.

Após o debate, a Sra. Samira Sana conduziu o momento de deliberação, registrando que houve consenso quanto ao mérito da proposta, mas não houve deliberação final sobre a utilização imediata dos rendimentos, em razão das dúvidas quanto à competência e ao instrumento jurídico adequado. Foi acordado que o MME e Aneel, considerando suas respectivas competências em relação à governança do Procel, deverão submeter a matéria à análise das respectivas consultorias jurídicas, utilizando como subsídio a nota técnica e o parecer jurídico já existentes, para posterior retorno ao Comitê em reunião futura, visando deliberação fundamentada.

4. Avisos gerais e próximo agendamento

Na etapa final da reunião, a Sra. Juliana Tadeu apresentou atualizações sobre a prestação de contas do 5º PAR, informando que o relatório encontra-se em fase final de diagramação e que está em elaboração a nota técnica necessária para as aprovações internas. Destacou como ponto sensível a necessidade de publicação do relatório de asseguarção, que constitui a linha de base da prestação de contas, a fim de evitar questionamentos durante eventual consulta pública. Foi informado que será encaminhado ofício à diretoria solicitando autorização para publicação do relatório no site do Procel e que os documentos serão reenviados a todos os membros do Comitê. Também foram ressaltados avanços institucionais relevantes, como a realização, pela primeira vez, de conciliação bancária segregada por PAR, permitindo maior transparência na identificação dos rendimentos financeiros, e estimou prazo aproximado de um mês para retorno das instâncias de governança sobre a questão da asseguarção.

Na sequência, Juliana Tadeu e Alexandra Albuquerque Maciel trataram da elaboração do 6º PAR Procel, informando que o portal da chamada de ideias encontra-se estruturado, com critérios, escopos e formulários detalhados. A Sra. Alexandra Maciel esclareceu que a chamada será aberta no dia 3 de fevereiro, com prazo até 23 de março, ainda que o edital formal em PDF esteja em finalização, uma vez que todas as informações já estão integralmente disponíveis no portal. Houve breve divergência quanto à

conveniência de aguardar a finalização do edital, ficando registrado que a chamada seguiria conforme planejado, com canal de esclarecimentos disponível por e-mail.

Encerrando os informes, a Sra. Samira Sana comunicou os últimos encaminhamentos relativos à formalização da nova composição do Grupo Coordenador de Conservação de Energia Elétrica - GCCE, destacando tratativas em curso com a consultoria jurídica para resolver a situação de instituições previstas em normativos, mas que optaram por não integrar o colegiado. Informou que a regularização da composição é condição para o avanço da avaliação da prestação de contas e da elaboração do 6º PAR. Quanto à agenda futura, Samira propôs a realização da próxima reunião na segunda quinzena de março, condicionada ao recebimento dos pareceres jurídicos pendentes. Após manifestações dos membros, especialmente de Carmen Silvia Sanches, considerando prazos da Procuradoria e o período de Carnaval, foi acordado, de forma consensual, o agendamento da próxima reunião para o dia 18 de março, em formato preferencialmente presencial, com opção híbrida.

5. Encerramento

A Sra. Samira Sana Fernandes de Sousa Carmo agradeceu a presença de todos os participantes e declarou encerrada a reunião.

FECHAMENTO

Esta ata reflete fielmente os debates, manifestações e deliberações ocorridos durante a Reunião Extraordinária do Comitê Gestor de Eficiência Energética – CGEE realizada no dia 2 de fevereiro de 2026.

A presente ata será aprovada pelos membros do Comitê, em reunião posterior ou por meio de consulta eletrônica aos membros, e formalizada mediante assinatura, no Sistema Eletrônico de Informações – SEI, pelo representante do Ministério de Minas e Energia responsável por sua elaboração.

As apresentações exibidas durante a reunião integrarão anexos da presente ata, para fins de registro, transparência e posterior consulta pelos membros do Comitê e demais partes interessadas.



Documento assinado eletronicamente por **Samira Sana Fernandes de Sousa Carmo**, **Coordenador(a)-Geral de Eficiência Energética**, em 08/06/2026, às 10:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mme.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1184234** e o código CRC **D32DABF1**.